

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas**

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório de auditores independentes e Parecer dos atuariários.

Comentários sobre nossas operações

Os prêmios emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos e a operação do DPVAT) tiveram uma redução de 15,2% quando comparados com o período anterior. O índice combinado operacional (sinistros, custos de aquisição, resultado com resseguro e outras receitas e despesas operacionais) apresentou uma significativa melhora com redução de 9,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior, passando de 93% para 83,1%. As despesas administrativas representaram 15,5% do prêmio ganho e tiveram um aumento de 4,5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. As receitas das aplicações financeiras, basicamente em títulos públicos federais, representaram 9,1% do prêmio ganho e tiveram uma queda de 1,2 pontos percentuais em relação ao ano anterior em função da redução do volume de vendas bem como da queda da taxa de juros. Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial teve um aumento de 2,8 pontos percentuais passando de 6,8% em 2017 para 9,6% em 2018. A melhora do resultado da companhia em relação ao mesmo período do ano anterior foi obtida em função de ações realizadas nas carteiras de auto e ramos elementares. A implantação de austera política de precificação e aceitação de risco na carteira de auto teve como benefício uma significativa redução de sinistralidade em contrapartida houve, por essas mesmas razões, certa redução no volume de vendas. Na carteira de ramos elementares foi promovida uma readequação do portfólio de risco aceitos tendo sido priorizados os segmentos do pequeno e médio mercado com melhor rentabilidade. Conforme previsto em Estatuto da Companhia, sobre o lucro, é constituído a Reserva legal, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social e demais reservas estatutárias conforme previstas na lei. Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício que são propostos e que serão apreciados pelos acionistas em A.G.O..

Cenários e perspectivas

O ano de 2018 se iniciou com a expectativa de aceleração do crescimento econômico no Brasil, redução da taxa de desemprego e com a inflação baixa permitindo ao Banco Central sinalizar a continuidade do ciclo de afrouxamento monetário. O quadro de incertezas sobre as eleições presidenciais de outubro quanto a potenciais candidaturas e programas de governo representou desde o início do ano alguma fonte de apreensão, mas a princípio contida, dado o ambiente de contas externas amplamente financiadas pelo fluxo de investimento direto, o esforço para obtenção de bons resultados fiscais no curto prazo, e um cenário internacional esperado de crescimento global ainda acima da média, com ampla liquidez e a expectativa de retirada gradual dos estímulos monetários por parte dos principais bancos centrais. O contexto internacional, entretanto, foi se mostrando ao longo do tempo mais negativo do que o previsto. Dados mais fracos do que o esperado de crescimento econômico ao redor do mundo já desde o início do ano se somaram à uma expectativa de maior elevação de juros nos Estados Unidos, sob a perspectiva de um forte estímulo fiscal doméstico, e também à adoção de uma postura fortemente protecionista do governo americano, provocando uma série de conflitos comerciais com diversos países, em especial com a China. E,

enquanto a disputa comercial sino-americana avançava no decorrer do ano, com a efetiva implementação de tarifas e riscos de exacerbação do conflito, além da própria deterioração da expectativa de crescimento econômico nas duas regiões, passou-se a temer cada vez mais um desaquecimento global de proporções maiores adiante, conforme se comprometiam índices de confiança, intenções de investimento e de consumo, também em países ligados às suas cadeias produtivas e se estendendo a seus parceiros comerciais. Essa gradual deterioração do cenário global, embora em última instância não tenha alterado a postura esperada dos principais Bancos Centrais do mundo - o Federal Reserve americano, por exemplo, subiu sua taxa de juros em 100 pontos base no decorrer do ano e o Banco Central Europeu foi reduzindo e finalmente encerrou seu programa de expansão do balanço em dezembro - alterou as especificações de mercado e provocou ao longo do ano uma série de episódios de forte aversão ao risco no cenário internacional, afetando os países emergentes em geral e também a economia brasileira. No Brasil, o aumento dos riscos no ambiente internacional somado à crescente apreensão com as indefinições do quadro eleitoral exigiu uma postura mais ativa do Banco Central brasileiro. Com o aumento da pressão sobre a taxa de câmbio, a autoridade monetária, visando reduzir o excesso de volatilidade, passou a intervir no mercado cambial ampliando a oferta de swaps além do necessário para cobrir as rolagens previstas. Já no 2º trimestre, também optou por não cortar adicionalmente as taxas de juros como havia antecipado, e manter a taxa Selic em 6,5%, encerrando assim o ciclo de afrouxamento monetário em curso desde outubro de 2016, quando a taxa Selic estava em 14,25%. Em meio a esse contexto, o Brasil também enfrentou, no fim de maio, uma greve nacional de caminhoneiros, que paralisou parte significativa da economia brasileira por cerca de 10 dias. Afetando a produção industrial, o setor de comércio, serviços e transportes no 2º trimestre, a greve abalou os níveis de confiança, provocando a elevação dos índices de inflação, e acabou comprometendo também as expectativas de crescimento do PIB no ano, especialmente quando aliada à cautela sobre a evolução do quadro político-eleitoral. Com a crescente indefinição sobre o resultado do pleito nacional e o temor de que pudesse ser eleito um candidato não alinhado com a promoção do necessário ajuste fiscal - essencial para a sustentabilidade da dívida pública e para a criação de condições para a retomada de crescimento, ou com pouca capacidade de articulação no Congresso para levar adiante reformas econômicas, a deterioração das expectativas nos mercados levou à novas rodadas de desvalorização cambial. Em meio ao aumento de incertezas, no decorrer de agosto e setembro o real chegou a ultrapassar o patamar de R\$/US\$ 4.20. A definição do quadro eleitoral, a partir de outubro, entretanto, resgatou o otimismo com a trajetória esperada para a economia brasileira. Jair Bolsonaro, do PSL, foi eleito Presidente da República e estabeleceu como prioritário em seu governo do ponto de vista econômico o equacionamento da questão fiscal. Além de reconhecer a urgência em se realizar uma Reforma da Previdência robusta, Bolsonaro ainda demonstrou firme disposição de atacar os problemas que restringem o crescimento econômico. A renovação do Congresso eleito em outubro, por sua vez, também foi bem recebida, com o novo perfil do legislativo eleito, considerado mais alinhado ideologicamente com o do executivo, também considerado como favorável à articulação política para a tramitação das reformas. Por fim, ao longo do 4º trimestre, o anúncio da equipe econômica do novo governo, assim como sua pauta de medidas em paralelo à Reforma da Previdência, também foi bem recebida. Propostas para simplificação tributária, abertura

comercial, desburocratização e desregulamentação da economia, uma agenda de privatizações, concessões e projetos de impulsão da área de infraestrutura e também intenção de efetivar a independência do Banco Central, entre outras medidas, foram apresentadas e avaliadas como muito positivas no sentido de expandir o crescimento potencial da economia, assim como propiciar a manutenção de juros estruturalmente mais baixos. Esse conjunto de fatores contribuiu favoravelmente para os preços de ativos nos últimos meses do ano, permitindo um quadro de diferenciação brasileira em relação à economia global, que, por sua vez, permaneceu em trajetória de desaceleração, atravessando um período de forte aperto de condições financeiras e com expectativas de crescimento novamente sendo revistas para baixo em diversos países. Assim, ainda que o ano de 2018 tenha se encerrado com um crescimento apenas moderado do PIB (próximo a 1,3%, antes 1,1% em 2017), muito pouco recuo na taxa de desemprego (média de 12,2%, contra 12,7% em 2017) e um nível ainda alto de ociosidade na economia brasileira, que levaram a mais um ano de inflação abaixo da meta (3,75%, contra meta de 4,5%), apesar da forte desvalorização cambial (17,1%), o saldo do ano pode ser considerado positivo. A meta fiscal e o teto de gastos foram cumpridos, mesmo com o crescimento abaixo do esperado. O déficit em conta corrente (US\$ 14,5 bilhões) continuou a ser amplamente financiado pelos fluxos de investimento estrangeiro direto (US\$ 88 bilhões), que inclusive se aceleraram com a recuperação do otimismo no decorrer do 2º semestre. O ano também se encerrou com forte recuperação nos índices de confiança domésticos e com a expectativa de que, com alguma habilidade política do novo governo que toma posse em janeiro, vários destes indicadores possam apresentar melhorias significativas em 2019, permitindo ao país melhor se insular de um quadro internacional com mais incerteza e riscos ainda elevados. No âmbito das Seguradoras, o setor de seguros arrecadou para o ano de 2018 em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização R\$245,6 bilhões registrando assim uma queda de 0,7% em relação ao ano anterior. Em termos nominais o mercado ficou estável, o resultado foi influenciado pela queda de 8,1% nos planos de acumulação tendo sido compensado quase em sua totalidade pelo crescimento de 9,4% no segmento de pessoas, 8,1% em danos e responsabilidade e 1,2% em capitalização. (fonte CNseg). O seguro Automóvel, carteira de maior peso no segmento de ramos elementares, manteve os bons resultados apresentados ao longo do ano, fechando 2018 com um faturamento de R\$35,9 bilhões e crescimento de 6,0% em relação ao ano de 2017, influenciado pelo bom desempenho das vendas de automóveis no mercado interno. (fonte CNseg). A Companhia buscará manter uma produção eficaz adequando os nossos produtos para a demanda do mercado atual, privilegiando a eficiência operacional, redução das despesas administrativas e consequentemente melhorar a rentabilidade. A nossa expectativa de crescimento para o ano de 2019 é de 20% superando em algumas carteiras a expectativa do mercado.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)**

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO	Nota	2018	2017
Circulante		570.046	563.141	Circulante		404.462	419.295
Disponível		1.425	2.720	Contas a pagar		35.450	41.689
Caixa e bancos		1.425	2.720	Obrigações a pagar	8a	18.183	19.658
Aplicações	3	417.343	403.646	Impostos e encargos sociais a recolher		6.767	6.435
Créditos das operações com seguros e resseguros		89.879	90.414	Encargos trabalhistas		1.867	1.677
Prêmios a receber	4	83.977	82.537	Impostos e contribuições	8b	1.630	7.227
Operações com resseguradoras	5a	5.902	7.877	Outras contas a pagar	8c	7.003	6.692
Outros créditos operacionais		4.445	5.939	Débitos de operações com seguros e resseguros		26.298	26.674
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	15.424	15.710	Prêmios a restituir		390	276
Títulos e créditos a receber		4.425	5.227	Operações com resseguradoras	5c	9.115	11.052
Títulos e créditos a receber		576	1.591	Corretores de seguros e resseguros		16.112	14.800
Créditos tributários e previdenciários	7a	2.072	2.150	Outros débitos operacionais		681	546
Outros créditos		1.777	1.486	Depósitos de terceiros		820	376
Outros valores e bens	6	5.010	5.044	Provisões técnicas - seguros	10a	341.894	350.556
Bens à venda		5.010	5.044	Danos		341.894	350.556
Despesas antecipadas		69	74	Passivo não circulante		25.622	21.401
Custos de aquisição diferidos	10b	32.026	34.367	Contas a pagar		5.270	3.267
Seguros		32.026	34.367	Tributos diferidos	7a	5.270	3.267
Ativo não circulante		21.099	22.559	Provisões técnicas - seguros	10a	13.271	10.669
Realizável a longo prazo		19.938	21.150	Danos		13.271	10.669
Aplicações	3	6.438	9.551	Outros débitos		6.862	7.074
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	2.526	1.756	Provisões judiciais	12a	6.862	7.074
Títulos e créditos a receber		10.974	9.843	Débitos diversos		219	391
Depósitos judiciais e fiscais	12a	10.974	9.843	Patrimônio líquido	13	161.061	145.004
Imobilizado		918	1.043	Capital social		83.969	81.887
Bens móveis		799	829	Reservas de capital		66	66
Outras Imobilizações		119	214	Reservas de lucros		65.233	54.640
Intangível		243	366	Ajuste de avaliação patrimonial		11.793	8.411
Outros intangíveis		243	366	Total do passivo		591.145	585.700
Total do ativo		591.145	585.700				

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos	14b	327.800	385.228
Variações das provisões técnicas de prêmios		18.346	(2.773)
Prêmios ganhos	14a	346.146	382.455
Receita com emissão de apólices		2.614	2.419
Sinistros ocorridos	14c	(203.736)	(264.404)
Custos de aquisição	14d	(67.406)	(76.175)
Outras receitas e despesas operacionais	14e	(14.824)	(17.537)
Resultado com resseguro	5f	(4.337)	115
(+) Receita com resseguro		8.734	15.416
(-) Despesa com resseguro		(13.071)	(15.301)
Despesas administrativas	14f	(53.572)	(42.145)
Despesas com tributos	14g	(9.596)	(9.214)
Resultado financeiro	14h	31.497	39.454
Resultado operacional		26.786	14.968
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(68)	(29)
Resultado antes dos impostos e participações		26.718	14.939
Imposto de renda	15	(5.624)	(3.000)
Contribuição social	15	(4.963)	(2.015)
Participação sobre o lucro		(2.239)	(1.159)
Lucro líquido do exercício		13.892	8.765
Quantidade de ações	13a	64.081.750	63.176.619
Lucro por lote de mil ações		216,78	138,74

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	13.892	8.765
Componentes do resultado abrangente		
Ajustes de avaliação patrimonial de ativos disponíveis para venda	6.149	15.293
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente	(2.767)	(6.882)
Resultado abrangente do exercício	17.274	17.176

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social	Aumento de capital aprovado	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva estatutária			
Em 01 de janeiro de 2017		80.075	-	66	4.160	43.797	-	-	128.098
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2017		-	1.812	-	-	-	-	-	1.812
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 499 de 10/08/2017		1.812	(1.812)	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	8.411	-	8.411
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	8.765	8.765
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal		-	-	-	438	-	-	(438)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	6.245	-	(6.245)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2.082)	(2.082)
Em 31 de dezembro de 2017		81.887	-	66	4.598	50.042	8.411	-	145.004
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 29/03/2018		-	2.082	-	-	-	-	-	2.082
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 937 de 07/06/2018		2.082	(2.082)	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	-	3.382	-	3.382
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.892	13.892
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	13	-	-	-	695	-	-	(695)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	9.898	-	(9.898)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.299)	(3.299)
Em 31 de dezembro de 2018		83.969	-	66	5.293	59.940	11.793	-	161.061

continua ->

☆ continuação

ALFA SEGURADORA

ALFA SEGURADORA S.A.
C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	13.892	8.765
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	350	309
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	388	390
Perda na alienação de imobilizado e intangível	68	29
Variação do custo de aquisição diferido	2.341	2.460
Variação dos ativos de resseguro	(484)	3.825
Variação das provisões técnicas - seguros e resseguros	(18.152)	6.283
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(10.584)	(24.364)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(98)	(7.396)
Créditos fiscais e previdenciários	(686)	3.325
Depósitos judiciais e fiscais	(1.131)	(461)
Despesas antecipadas	5	63
Outros ativos	1.345	805
Impostos e contribuições	7.838	8.053
Outras contas a pagar	1.019	6.518
Débitos de operações com seguros e resseguros	(183)	543
Depósitos de terceiros	444	(590)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	12.092	6.410
Provisões judiciais	(212)	(11.796)
Caixa gerado pelas operações	8.252	3.171
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	892	1.124
Imposto sobre o lucro pagos	(10.337)	(2.191)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(1.193)	2.104
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	468	75
Aquisição de imobilizado	(570)	(492)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(102)	(417)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.295)	1.687
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.720	1.033
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.425	2.720

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Alfa Seguradora S.A. (doravante referida, também, como "Companhia" ou "Seguradora") tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos 466, São Paulo - SP.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as Companhias do Grupo Alfa, mantendo com estas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administradora Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2. Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1).

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2019.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas;
- Salvados de seguros avaliados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018:

- Nota nº 2e - Contratos de seguros
- Nota nº 2g.v - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")
- Nota nº 3 - Aplicações financeiras
- Nota nº 7 - Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos
- Nota nº 10 - Provisões técnicas
- Nota nº 12 - Provisões judiciais

e. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização. Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira, a companhia reconhece uma redução ao valor recuperável dos Prêmios a Receber, cuja metodologia da redução ao valor recuperável consiste em verificar os percentuais de prêmios cancelados por inadimplência dos últimos 24 meses (desprezando os 5 meses mais recentes), por parcela e ramo, em relação ao total de prêmio pendente. Calculados os percentuais de

inadimplência, os mesmos são aplicados sobre o montante de prêmios a receber para a data-base em questão, também segmentado por ramo e parcela, a fim de se obter os valores de Redução ao Valor Recuperável. Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

f. Caixa e bancos

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

g. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i) Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii) Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são avaliados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iii) Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a Resseguradores e Seguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

iv) Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da B3, Brasil, Bolsa, Balcão; (II) Quotas de fundos de investimentos - com base no valor de quota divulgada pelos Administradores dos fundos de investimentos; (III) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

v) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, equivale à diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por impairment anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por impairment quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

h. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

i. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10%;
- Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores e pela Resolução CNSP nº 343/2016, e alterações posteriores.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurred But Not Enough Reported*).

Salientamos ainda que nas demandas relacionadas a sinistros judiciais, o valor dado à causa/risco, sobretudo nas ações indenizatórias, cinge-se a valores de alçada ou do pedido. O valor econômico da ação é avaliado segundo os pedidos feitos e coberturas contratadas. Eventualmente, se existentes, pode-se utilizar como balizamento valores jurisprudencialmente consagrados para a situação. Sua aferição efetiva ocorre mais tarde, no momento de eventual perícia ou prolação da sentença, quando o magistrado arbitra o correspondente valor de indenização. Os critérios de provisionamento das ações relacionadas a sinistros são: Provável (75% a 100%), Possível (50%) e Remota (10%).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é estimada utilizando metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço. Para os ramos Auto - Casco e Auto - RCF-V é registrada uma estimativa de recebimento para os Salvados/Ressarcidos, relativa a sinistros ocorridos e não avisados, também com base em metodologia atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

l. Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) (o quanto) o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora e compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das despesas de comercialização diferidas (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.

Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As principais premissas utilizadas foram as seguintes:

Sinistralidade - Foi utilizada a experiência da Seguradora para projetar a evolução dos sinistros futuros, brutos de resseguro, líquidos da receita de salvados e ressarcimento, e incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 59,90%.

Prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG constituída na data-base do teste. Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supracitadas.

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alocáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Premissas econômicas - Conforme disposto no Artigo 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, e alterações posteriores, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco para a curva "pré-fixada", de junho de 2018, divulgada pela SUSEP, para descontar o fluxo de caixa futuro ao valor presente.

Caso sejam identificadas quaisquer deficiências nas linhas de negócios analisadas, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC (*Deferred Acquisition Cost*), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

A Seguradora realiza o Teste de Adequação de Passivos a cada data-base. O teste realizado para 31 de dezembro de 2018 demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Seguradora para com os segurados.

continua →

☆ continuação

ALFA SEGURADORA

ALFA SEGURADORA S.A.

C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

m. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados

3. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título, hierarquia do valor justo

Valor justo por meio do resultado	Nível*	Taxa	31 de dezembro de 2018			Valor justo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/ contábil	%	
			3 meses e sem vencimento	9 a 12 meses	1 a 3 anos					3 anos (acima)
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	3.893	-	100.925	156.263	261.123	(42)	261.081	61,61%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	Nível 1	6,39% PRE	45.907	-	-	-	45.907	-	45.907	10,83%
Cotas de fundos DPVAT	Nível 2	-	88.198	-	-	-	88.198	-	88.198	20,81%
Títulos privados - letras financeiras	Nível 2	IPCA+6,70%	-	4.199	-	-	-	4.199	4.199	0,99%
Outras aplicações	-	-	66	-	-	-	66	-	66	0,02%
Contas a pagar de fundos exclusivos	-	-	(40)	-	-	-	(40)	-	(40)	(0,01)%
Subtotal			138.024	4.199	100.925	156.263	395.254	4.157	399.411	94,25%
Disponível para venda										
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	24.370	-	-	-	8.335	16.035	24.370	5,75%
Subtotal			24.370	-	-	-	8.335	16.035	24.370	5,75%
Total			162.394	4.199	100.925	156.263	403.589	20.192	423.781	100,00%

Títulos a valor justo por meio do resultado	Nível*	Taxa	31 de dezembro de 2017			Valor justo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/ contábil	%	
			3 meses e sem vencimento	9 a 12 meses	1 a 3 anos					3 anos (acima)
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	89.242	-	98.482	60.176	247.858	42	247.900	60,00%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	Nível 1	6,89% PRE	66.327	-	-	-	66.327	-	66.327	16,05%
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	686	-	-	-	787	(101)	686	0,17%
Títulos privados - letras financeiras	Nível 2	IPCA+6,70%	-	-	3.785	-	3.785	-	3.785	0,92%
Cotas de fundos DPVAT	Nível 2	-	77.471	-	-	-	77.471	-	77.471	18,75%
Outras aplicações	-	-	66	-	-	-	66	-	66	0,02%
Contas a pagar de fundos exclusivos	-	-	(38)	-	-	-	(38)	-	(38)	(0,01)%
Subtotal			233.754	-	102.267	60.176	396.256	(59)	396.197	95,90%
Títulos disponíveis para venda										
Títulos de renda variável - ações	Nível 1	Ibovespa	17.000	-	-	-	13.620	3.380	17.000	4,10%
Subtotal			17.000	-	-	-	13.620	3.380	17.000	4,10%
Total			250.754	-	102.267	60.176	409.876	3.321	413.197	100,00%

*A tabela acima apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

b. Movimentação das aplicações financeiras por categoria

Categoria	Saldo em 31/12/2017		31/12/2018		Saldo em 31/12/2018
	Aplicações	Resgates	(+) Ajuste TVM (*)	(-/-) Rentabilidade	
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	77.471	11.293	6.028	-	88.198
Títulos públicos	314.189	123.023	148.373	-	306.988
Títulos privados	3.851	-	-	-	4.225
Renda variável	17.686	1.222	12.628	6.149	24.370
Total	413.197	135.538	167.029	6.149	423.781

(*) A valorização dos títulos e valores mobiliários no período foi de R\$ 18.029, dos quais R\$ 5.511 referem-se a títulos que foram vendidos no período. Os títulos negociados em 2018, totalizaram um ganho referente à valorização de R\$ 11.880, o qual foi registrado como receita e baixado do patrimônio líquido.

Categoria	Saldo em 31/12/2016		31/12/2017		Saldo em 31/12/2017
	Aplicações	Resgates	(+) Ajuste TVM (*)	(-/-) Rentabilidade	
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	73.603	5.641	9.373	-	77.471
Títulos públicos	301.779	142.270	147.699	-	314.189
Títulos privados	3.542	-	24	-	3.851
Renda variável	1.498	580	1.603	15.293	17.686
Total	380.422	148.491	158.699	15.293	413.197

4. Prêmios a receber

a. Ramos de seguros e faixas de vencimentos

A vencer	Auto-móvel/ RCF	Compre-ensivo empresarial	Assis-tência e outras	Compre-ensivo residencial	Demais	31/12/2018		31/12/2017	
						31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1. Até 60 dias	45.365	1.681	602	1.563	1.059	50.270	49.687	22.508	19.984
2. de 61 a 120 dias	22.508	544	319	556	428	24.355	19.984	7.741	8.603
3. de 121 a 180 dias	7.741	128	132	249	132	8.382	8.603	2.923	5.956
4. de 181 a 365 dias	2.923	40	31	201	36	3.231	5.956	78.537	84.230
Total a vencer	78.537	2.393	1.084	2.569	1.655	86.238	84.230		
Vencidos									
1. Até 60 dias	1.856	53	16	96	35	2.056	2.076	154	125
2. de 61 a 120 dias	154	6	1	10	2	173	125	70	75
3. de 121 a 180 dias	70	-	-	4	1	75	67	108	122
4. de 181 a 365 dias	108	6	1	5	1	121	122	71	70
5. Acima de 365 dias	71	10	2	14	3	100	70	2.259	2.460
Total vencidos	2.259	75	20	129	42	2.525	2.460	80.796	86.690

O montante correspondente à Redução ao Valor Recuperável de R\$ 4.786, composto por R\$ 4.405 de parcelas a vencer e R\$ 381 de parcelas vencidas (R\$ 4.153 em dezembro de 2017, composto por R\$ 3.787 de parcelas a vencer e R\$ 366 de parcelas vencidas), não está demonstrado no quadro faixas de vencimento.

Os produtos da Alfa Seguradora são geralmente oferecidos com parcelamento médio de 5 prestações.

b. Movimentação de prêmios a receber

Saldo no início do período	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
(+) Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos	309.488	356.859	309.488	356.859
(+) IOF	23.174	26.968	23.174	26.968
(+) Adicional de fracionamento	1.930	3.195	1.930	3.195
(-) Recebimentos	(332.519)	(380.231)	(332.519)	(380.231)
Redução ao valor recuperável	(633)	(549)	(633)	(549)
Saldo no final do período	83.977	82.537	83.977	82.537

5. Operações de resseguro

a. Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pendentes até 30 dias	1.601	1.953	1.601	1.953
Pendentes até 60 dias	1.101	1.265	1.101	1.265
Pendentes até 90 dias	533	1.584	533	1.584
Pendentes até 120 dias	549	1.060	549	1.060
Pendentes até 180 dias	402	410	402	410
Pendentes mais de 180 dias	1.716	1.605	1.716	1.605
Total	5.902	7.877	5.902	7.877

b. Ativos de resseguro - provisões técnicas

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Sinistros a liquidar	9.014	9.134	9.014	9.134
Sinistros a liquidar - PDR	441	359	441	359
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	1.324	1.811	1.324	1.811
Provisão de prêmios não ganhos	6.933	5.725	6.933	5.725
Provisão de riscos vigentes mas não emitidos	238	437	238	437
Total	17.950	17.466	17.950	17.466
Circulante	15.424	15.710	15.424	15.710
Não circulante	2.526	1.756	2.526	1.756

c. Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios cedidos	12.381	14.192	12.381	14.192
Comissão a recuperar	(3.134)	(3.073)	(3.134)	(3.073)
Sinistros	61	61	61	61
Redução ao valor recuperável	(193)	(128)	(193)	(128)
Total	9.115	11.052	9.115	11.052

ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para Empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período a medida que são incorridos.

d. Composição por categoria de ressegurador

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar e PDR	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar e PDR
Ressegurador local	8.733	9.096	10.670	9.202
Ressegurador admitido	382	359	382	291
Total	9.115	9.455	11.052	9.493

Receitas e despesas	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmios cedidos	Recuperação de sinistros	Prêmios cedidos	Recuperação de sinistros
Ressegurador local	13.554	9.046	12.227	14.758
Ressegurador admitido	-	185	-	11
Total	13.554	9.231	12.227	14.769

e. Demonstração percentual ressegurado

Ramo	31/12/2018					
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Automóvel	205.507	5.781	2,81%	158.468	3.656	2,31%
Responsabilidade civil facultativo	61.983	4.250	6,86%	48.044	4.079	8,49%
Compreensivo empresarial	13.190	2.507	19,01%	5.497	1.140	20,74%
Compreensivo residencial	13.412	591	4,41%	5.045	250	4,96%
Outros	11.155	425	3,81%	1.695	106	6,25%
Total (*)	305.247	13.554	4,44%	218.749	9.231	4,22%

Ramo	31/12/2017					
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros avisados	Sinistros recuperados	% de recuperação
Automóvel	254.538	5.398	2,12%	202.980	8.016	3,95%
Responsabilidade civil facultativo	62.974	3.052	4,85%	50.733	3.533	6,96%
Compreensivo empresarial	15.245	2.780	18,24%	9.447	2.769	29,31%
Compreensivo residencial	13.689	641	4,68%	6.367	147	2,31%
Outros	11.482	356	3,10%	2.808	304	10,83%
Total (*)	357.928					

continuação

ALFA SEGURADORA

ALFA SEGURADORA S.A.
C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

d. Provisões de sinistros a liquidar - judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Totais por classificação	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor provisionado/Quantidade	Valor reclamado/Quantidade	Valor provisionado/Quantidade	Valor reclamado/Quantidade
Provável	261.15.829	19.693	124,41%	246.15.070
Possível	402.17.962	17.036	94,84%	355.13.255
Remota	303.17.127	1.407	8,22%	375.16.935
Total	966.50.918	38.136	74,90%	976.45.260

e. Movimentação

	Seguro		Resseguro	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do período	33.374	34.596	3.500	3.484
Constituições/reversões	7.883	5.686	1.946	839
Atualização monetária	1.613	240	676	1
Pagamentos	(3.269)	(5.987)	(321)	(824)
Baixas	(1.465)	(1.161)	(428)	-
Saldo final do período	38.136	33.374	5.373	3.500

11. Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões técnicas	355.165	361.225
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(9.014)	(9.134)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(1.324)	(1.811)
(-) Ativos de resseguro redutores de PDR	(441)	(359)
(-) Direitos creditórios (*)	(75.431)	(67.909)
(-) Provisões consórcios e fundos	(88.136)	(77.367)
(=) Total a ser coberto	180.819	204.645

Bens oferecidos em cobertura:

	31/12/2018	31/12/2017
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	289.170	305.708
Excesso de cobertura	108.351	101.063

(*) Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor.

12. Provisões judiciais

a. Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível e trabalhista classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal".

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o julgamento definitivo da ação, sobre as quais não cabem mais recursos.

Natureza	Saldo em 31/12/2017		Atualizações	Pagamentos	Baixas	Saldo em 31/12/2018		Quantidade de processos	Deposito judicial em 31/12/2018 (*)		Deposito judicial em 31/12/2017 (*)
	Princípio	Final				31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017	
1 - Fiscal	6.408	-	157	-	-	6.565	3	6.905	6.621		
2 - Trabalhista	481	285	32 (632)	(21)	145	12	526	581			
3 - Cível	185	30	6 (5)	(64)	152	10	-	-			
Total	7.074	315	195 (637)	(85)	6.862	25	7.431	7.202			

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla outras garantias oriundas de discussões judiciais no montante de R\$ 3.543 (R\$ 2.641 em 31 de dezembro de 2017).

b. Descrição resumida dos processos

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) **CPMF** - A Seguradora vem contestando, judicialmente, a legalidade da CPMF que incidiu sobre a transferência de carteira de planos previdenciários, conforme determinações contidas na Lei Complementar nº 109, de 10 de maio de 2001. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera a probabilidade de perda possível. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 monta R\$ 617 (R\$ 602 em 31 de dezembro de 2017). A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 735 (R\$ 703 em 31 de dezembro de 2017); (ii) **PIS** - O processo judicial no qual se discutia o alargamento da base de cálculo do PIS transitou em julgado, em 2008, afastando a aplicação do conceito de faturamento definido no artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Em decorrência a provisão constituída no montante de R\$ 2.935 foi revertida em 2008. No processo de levantamento do depósito judicial, a Fazenda Nacional se opôs sob o argumento de que as decisões proferidas no curso do Mandado de Segurança não teriam sido tratadas especificamente da incidência do PIS sobre as receitas financeiras e prêmios de seguros, os quais por terem caráter operacional, estariam compreendidos no conceito de faturamento. Esta interpretação teve acolhimento pelo Juízo de Primeira Instância, que determinou a conversão em renda da União os valores judicialmente depositados. Contra esta decisão, foi interposto Agravo de Instrumento, em que postula o levantamento integral dos valores depositados, sob o argumento da coisa julgada material aperfeiçoado nos autos do Mandado de Segurança. A Administração, considerando o histórico do processo e decisão em caso semelhante em processo de congêneres, considerou reconstituir, em maio de 2011 a provisão calculada sobre os prêmios de seguros, outras receitas operacionais e receitas financeiras. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.831 (R\$ 4.728 em 31 de dezembro de 2017) parte desta provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 5.423 (R\$ 5.293 em 31 de dezembro de 2017) e estão registrados no ativo não circulante. O recolhimento desta contribuição vinha sendo efetuada sobre as receitas com salvados; (iii) **INSS** - A Seguradora vem contestando, judicialmente a aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.117 (R\$ 1.078 em 31 de dezembro de 2017) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. Parte da provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 746 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2017) e estão registrados no ativo não circulante.

c. Ações trabalhistas

As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensões trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assessoria jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 145 (R\$ 481 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações de probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 40 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 16 em 31 de dezembro de 2017).

d. Ações cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados a cotação não efetivados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 152 (R\$ 185 em 31 de dezembro de 2017). O montante relacionado ao valor pleiteado relativo as ações com probabilidade de perda possível e remota é de R\$ 343 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 397 em 31 de dezembro de 2017).

13. Patrimônio líquido

a. Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$83.969 (R\$81.887 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 64.081.750 (63.176.619 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas estatutárias

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada à 80% do capital social.

c. Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

d. Ato societário

A proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício, aprovada pelos Administradores e que será apreciada pelos acionistas em A.G.O., inclui a distribuição de dividendos, conforme abaixo:

	2018
Lucro líquido do exercício	13.892
Reserva legal - 5%	(695)
Lucro líquido ajustado	13.197
Dividendos a distribuir - 25%	3.299
Reserva estatutária	9.898

14. Detalhamento das contas de resultado

a. Principais ramos de atuação (bruto de resseguro)

Ramo	31/12/2018		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	221.591	58,49	18,00
R.C.F. - veículos	62.588	73,51	23,04
Acidentes pessoais	4.315	1,58	19,24
Compreensivo residencial	13.881	31,26	38,54
Compreensivo empresarial	14.500	26,16	32,51
Assistência e outras coberturas - auto	3.984	29,82	18,05
DPVAT	22.477	81,29	1,21
Demais	2.810	15,88	43,22
Total	346.146	58,86	19,47

Ramo	31/12/2017		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade %	Índice de comissionamento %
Automóveis	254.563	68,81	19,22
R.C.F. - veículos	57.335	85,22	23,92
Acidentes pessoais	4.864	8,66	20,25
Compreensivo residencial	13.638	41,16	38,04
Compreensivo empresarial	17.870	49,87	30,42
Assistência e outras coberturas - auto	4.732	36,88	18,26
DPVAT	27.182	84,50	1,18
Demais	2.271	31,79	32,94
Total	382.455	69,13	19,92

b. Prêmios emitidos

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios diretos	307.968	356.859
Consórcio DPVAT	22.553	27.300
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(2.721)	1.069
Total	327.800	385.228

c. Sinistros ocorridos

	31/12/2018	31/12/2017
Sinistros diretos	(218.749)	(272.335)
Salvados e ressarcimentos	34.738	34.146
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(713)	(3.110)
Consórcio DPVAT	(18.271)	(22.968)
Provisão despesas relacionadas	(741)	(137)
Total	(203.736)	(264.404)

d. Custo de aquisição

	31/12/2018	31/12/2017
Comissões	(64.795)	(73.393)
Variação das despesas de comercialização diferidas	(2.340)	(2.460)
Consórcio DPVAT	(271)	(322)
Total	(67.406)	(76.175)

e. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com manutenção e rastreamento de veículos	(8.131)	(10.461)
Despesas com assistência ao segurado	(105)	(194)
Despesas com prestação de serviços	(382)	(317)
Despesas com inspeção de risco	(1.450)	(2.092)
Despesas com cobrança	(1.607)	(1.625)
Despesas com administração de apólice	(484)	(715)
Despesas com remuneração extra	(274)	(434)
Redução ao valor recuperável	(441)	(351)
Despesas com consórcio DPVAT	(1.254)	(2.046)
Outras receitas e despesas	(696)	698
Total	(14.824)	(17.537)

f. Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(27.824)	(25.646)
Despesas com localização e funcionamento	(7.984)	(7.613)
Despesas com serviços de terceiros	(6.861)	(6.253)
Despesas administrativas de representação	(4.025)	(5.424)
Recuperação de despesas	(2.637)	5.546
Despesas com consórcio DPVAT	(2.684)	(1.829)
Outras	(1.557)	(926)
Total	(53.572)	(42.145)

g. Despesas com tributos

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com COFINS	(7.404)	(7.372)
Despesas com PIS	(1.203)	(895)
Despesas com taxa de fiscalização	(747)	(694)
Outras	(242)	(253)
Total	(9.596)	(9.214)

h. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:	35.272	44.411
Rendimento das aplicações	18.525	29.266
Receitas com operações de seguros	2.993	5.585
Dividendos	892	1.124
Valor justo	49	556
Receitas financeiras com atualização monetária - depósito judicial	487	413
Receitas financeiras com atualização monetária - SELIC	110	1.604
Receitas financeiras - DPVAT	232	195
Resultado na venda - ações IRB	11.880	1.918
Resultado na venda - ações outras	61	-
Receita com benefício fiscal	-	4.484
Reversão receita financeira PIS	43	(734)
Despesas financeiras:	(3.775)	(4.957)
Despesas com atualização monetária	(191)	(784)
Despesas com operações de seguros	(3.541)	(3.917)
Valor justo	(11)	(220)
Despesas com juros	(4)	(3)
Despesas financeiras - DPVAT	(28)	(33)
Total	31.497	39.454

15. Impostos sobre a renda correntes e diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos impostos e após participações	24.479	13.780	24.479	13.780
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	(843)	(1.779)	(208)	(599)
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	578	(12.208)	578	(12.208)
Provisões para riscos sobre créditos	388	389	388	389
Provisões para pagamento de despesas	786	(501)	1.210	(612)
Base de cálculo dos tributos	25.388	(319)	26.447	750
Compensação de base de 30%	(319)	-	-	-
Base de cálculo dos tributos após compensação	25.069	(319)	26.447	750
Impostos correntes às alíquotas vigentes	(6.243)	80	(5.289)	(150)
(-) Incentivos fiscais	261	-	-	-
Impostos a pagar	(5.982)	80	(5.289)	(150)
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	358	(3.080)	326	(1.865)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	(5.624)	(3.000)	(4.963)	(2.015)
Taxa efetiva	22%	-	19%	-

16. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores e pela Resolução CNSP nº 343/2016 e alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

A Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez de 165% equivalente a R\$ 108.351.

continua

continuação


ALFA SEGURADORA S.A.
 C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
 ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Patrimônio líquido ajustado

1. Ajustes contábeis

(+) Patrimônio líquido

(-) Despesas antecipadas

(-) Ativo intangível

Subtotal - Patrimônio líquido ajustado

2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Superavit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de

prêmios e contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC

Subtotal ajustes dos valores econômicos

Patrimônio líquido ajustado - PLA (1 + 2)

Capital-base (I)

Capital de risco (II)

Risco de subscrição

Risco de crédito

Risco operacional

Risco de mercado

Deflator - correção entre riscos

Capital mínimo requerido (maior entre I e II)

Suficiência de capital (PLA - CMR)

17. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

i. Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, realizadas com a empresa controladora: Corumbal Participações e Administração Ltda..

ii. Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, sendo realizadas com as empresas do mesmo grupo acionário: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Alfaster Participações Ltda., Administradora Fortaleza Ltda., Administradora e Editora Vera Cruz Ltda., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Refinadora da Amazônia Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Corumbal Participações e Administração Ltda., Fazenda Santa Cruz Ltda., Financeira Alfa S.A., Instituto Alfa de Cultura, Metro Tecnologia e Informática Ltda., Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., Soubach Beneficiamento em Cursos Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis NE Ltda. e Transamérica Expo Center Ltda..

iii. Rateio de despesas administrativas com as seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Previdência e Vida S.A. e Financeira Alfa S.A. e rateio de prestação de serviços diversos que englobam serviços de limpeza, segurança, consultoria contábil e fiscal e serviços de informática com as empresas do mesmo grupo acionário: Metro Tecnologia Informática Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda. e Metro Dados Ltda..

iv. O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, sendo pago taxa de administração correspondente a 0,116% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração foi de R\$ 336 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2017).

v. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Seguradora, registrada na rubrica "Despesas administrativas", totalizou, no exercício, R\$ 1.738 (R\$ 1.639 em 31 de dezembro de 2017) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

vi. Alguns membros da Seguradora e também de outras Empresas do grupo Alfa, considerados como "pessoal-chave da Administração", possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de reserva totaliza R\$ 115.346 (R\$ 119.660 em 31 de dezembro de 2017).

As operações estão demonstradas a seguir:

	Direitos		Obrigações		Receitas		Despesas	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Contratos de seguros com a empresa controladora (i)	5	3	4	3	6	-	-	-
Contratos de seguros com outras empresas do mesmo grupo acionário (ii)	63	76	63	76	873	201	(31)	(27)
Prestação de serviços e rateio de despesas administrativas (iii)	60	1.277	796	376	752	5.583	(8.176)	(4.260)
Dividendos	-	-	3.299	2.082	-	-	-	-
Banco	35	573	-	-	-	-	-	-
Total	163	1.929	4.162	2.537	1.631	5.784	(8.207)	(4.287)

18. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Estrutura de Gestão de Riscos da Companhia foi estabelecida conforme previsto pela Circular SUSEP nº 521 de 18/12/2015.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Companhia faz parte do grupo Alfa e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

b. Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Sociedade Seguradora.

A gestão do risco de seguro é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações. Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados. A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarrete exposição à perda a Seguradora.

A seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programa de resseguro, com resseguradores que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade. As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das práticas do mercado.

Os seguros de bens e responsabilidades tem a aceitação controlada na Matriz, com níveis de alçadas para cada tipo de risco, atividade das empresas e valores segurados. Os seguros de veículos tem sua aceitação realizada através de parametrização de sistema próprio, onde cada veículo, região de circulação e valores segurados são revistos mensalmente.

A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos.

A análise quantitativa é realizada através da avaliação e acompanhamento do índice de sinistralidade por ramo bem como nas visões de produto, canal e região. Adicionalmente é realizado o acompanhamento da frequência e da severidade de sinistros ocorridos tomando as devidas ações de correção sempre que necessário. A análise quantitativa é realizada com base nas informações de prêmio retido e sinistros retidos dos últimos doze meses anterior à data base no nível do ramo.

c. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a seguradora. O monitoramento do risco de crédito da Companhia, conta com apoio da área de gestão dos ativos do Grupo Alfa, que faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado.

Para a decisão em aceitação destes ativos avalia-se as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou venda do mesmo em decorrência desta análise.

A seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas no rating atribuídas por agentes classificadores. Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

• **Aplicações financeiras** - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco. Existe ainda, uma parcela de aplicações financeiras, em ações negociadas na B3, Brasil, Bolsa, Balcão com alta liquidez e em letras financeiras negociadas na CETIP. O saldo das ações em títulos de renda variável - ações é de R\$ 24.370 (R\$ 17.686 em 31 de dezembro de 2017) e de R\$ 4.199 (R\$ 3.785 em 31 de dezembro de 2017) para títulos privados - letras financeiras.

d. Rating dos ativos financeiros

Carteira de ativos por nível de risco em 31/12/2018

Ativos financeiros/rating*

	Soberano	Grau de investimento			Total
		A+	A-	Sem rating	
Fitch					
Moody's					
S&P					
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	261.081	-	-	-	261.081
Cotas de fundos DPVAT	-	-	-	88.198	88.198
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	45.907	-	-	-	45.907
Títulos de renda variável - ações	-	-	24.370	-	24.370
Títulos privados - letras financeiras	-	4.199	-	-	4.199
Outras aplicações	-	-	-	66	66
Contas a pagar de fundos exclusivos	-	-	-	(40)	(40)
Total em 31 de dezembro de 2018	306.988	4.199	24.370	88.224	423.781

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB- (risco país: dezembro/2018). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

Créditos de operações com resseguradores em 31 de dezembro 2018

Ressegurador	Agência classificadora	Classificação de risco	Crédito de operações com resseguradores
IRB Brasil Resseguros S.A.	A. M. Best Company	A-	2.955
XL Resseguros Brasil S.A.	Standard & Poor's/FITCH	A+	65
Transatlantic Reinsurance Company	A. M. Best Company	A+	93
Everest Reinsurance Company	Standard & Poor's/FITCH	A+	93
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Standard & Poor's/FITCH	A	2.057
Austral Resseguradora S.A.	Standard & Poor's/FITCH	A-	436
Hannover Ruckversicherung AG	A. M. Best Company	A+	21
Scor Brasil Resseguros	Standard & Poor's	AA-	102
Terra Brasis Resseguros	Standard & Poor's	AA+	80
Total			5.902

e. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros.

Para mitigar os riscos significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes.

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a Administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Seguradora.

Utiliza-se para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa	31/12/2018	31/12/2017
Letras financeira do tesouro	261.081	247.900
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	45.907	-
Letra do tesouro nacional - compromissadas	-	66.327
Títulos privados - letras financeiras	4.199	3.785
Renda variável - ações	24.370	17.686
Cotas de fundos - DPVAT	88.198	77.471
Incentivos fiscais	66	66
Contas a pagar de fundos exclusivos	(40)	(38)
Total dos ativos financeiros	423.781	413.197
Crédito das operações	94.324	96.353
Títulos e créditos a receber	19.778	18.685
Outros valores e bens	5.010	5.044
Despesas antecipadas	69	74
Custos de aquisição diferidos	32.026	34.367
Ativos de resseguros e retrocessão	17.950	17.466
Caixa e bancos	1.425	2.720
Total do ativo	594.363	587.906
Provisões técnicas - seguros	(355.165)	(361.225)
Contas a pagar	(45.099)	(48.571)
Débito das operações com seguros e resseguros	(26.298)	(26.674)
Depósitos de terceiros	(820)	(376)
Outros débitos	(7.081)	(7.465)
Total do passivo	(434.463)	(444.311)

f. Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatórias da política de investimento. Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Seguradora.

O Grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do VaR (*Value at Risk*) paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método EWMA com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de VaR, testes de stress são efetuados baseados nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela B3, Brasil, Bolsa, Balcão. Ambos os controles de avaliação de risco e stress possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos do fundo de investimento, SELIC para títulos públicos e a variação do Ibovespa para ativos em renda variável. Em 2018, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foram:

Ativo	Rentabilidade do período	Benchmark	Comparação com Benchmark
Renda variável	145,47%	15,03%	967,86%
Renda fixa	6,28%	6,42%	97,82%
Renda fixa (títulos públicos)	6,43%	6,43%	100,00%

g. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (*Control Self Assessment*) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada.

As principais Gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida. Atuando continuamente na Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

continua

☆ continuação

ALFA SEGURADORA

ALFA SEGURADORA S.A.
C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Risco legal e regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

19. Concentração de riscos

As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde a seguradora opera. Os valores estão detalhados por região geográfica para dezembro de 2017 e dezembro de 2018, e abrangem todos os ramos, agrupados em três categorias: Auto (Ramos 0520, 0531, 0542, 0553), Compreensivo (Ramos 0114 e 0118) e Demais Ramos (0141, 0171, 0351, 0628, 1130, 1162 e 1602). Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 31 de dezembro de 2018.

Para mitigar o risco que a Companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro para todas as categorias de produtos.

Concentração de risco em 31/12/2018												
Ramo	Centro			Sudeste			Sul			Total	%	
	Norte	%	Nordeste	%	oeste	%	Sudeste	%	Sul			%
Auto	72.395	0%	1.396.669	5%	4.483.949	12%	12.448.958	34%	3.682.642	10%	22.084.613	61%
Compreensivo	10.454	1%	203.041	1%	2.551.641	7%	6.695.263	18%	2.323.134	6%	11.883.533	33%
Demais ramos	4.055	0%	16.757	0%	140.717	0%	1.047.479	3%	1.133.332	3%	2.342.340	6%
Total	186.904	1%	1.616.467	6%	7.176.307	19%	20.191.700	55%	7.139.108	19%	36.310.486	100%

Concentração de risco em 31/12/2017												
Ramo	Centro			Sudeste			Sul			Total	%	
	Norte	%	Nordeste	%	oeste	%	Sudeste	%	Sul			%
Auto	122.953	0%	1.492.976	4%	5.082.602	13%	12.066.828	32%	4.059.766	11%	22.825.125	60%
Compreensivo	90.012	0%	255.201	1%	2.526.726	7%	8.570.715	23%	2.406.575	6%	13.849.229	37%
Demais ramos	3.766	0%	19.047	0%	137.252	0%	720.330	2%	498.529	1%	1.378.924	3%
Total	216.731	0%	1.767.224	5%	7.746.580	20%	21.357.873	57%	6.964.870	18%	38.053.278	100%

20. Sensibilidade aos riscos

Risco operacional

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de duas simulações de aumento, a primeira com aumento de 5% e a segunda com aumento de 10%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Efeito no resultado operacional antes	Efeito no patrimônio líquido	Efeito no resultado operacional antes	Efeito no patrimônio líquido
Sinistralidade + 5%	dos impostos (R\$ mil)	líquido (R\$ mil)**	dos impostos (R\$ mil)	líquido (R\$ mil)**
Líquido de resseguro	(9.725)	(5.349)	(12.482)	(6.865)
Bruto de resseguro*	(10.187)	(5.603)	(13.220)	(7.271)
Sinistralidade + 10%	dos impostos (R\$ mil)	líquido (R\$ mil)**	dos impostos (R\$ mil)	líquido (R\$ mil)**
Líquido de resseguro	(19.450)	(10.698)	(24.963)	(18.228)
Bruto de resseguro*	(20.374)	(11.205)	(26.440)	(19.756)

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do exercício.

Risco de mercado

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

Para complemento do controle de riscos, são efetuados análises de sensibilidade em conjunto ao VaR e Stress Test, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado, levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Seguradora. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 31 de dezembro de 2018.

Variável financeiro	Premissas	Impacto estimado em 31/12/2018	
		Resultado do período (*)	
Taxa de juros - LFT	10%	1.697	
Taxa de juros - LFT	(10)%	(1.697)	
Taxa pré - NTN	10%	293	
Taxa pré - NTN	(10)%	(293)	
Ibovespa	10%	244	
Ibovespa	(10)%	(244)	
Inflação	10%	17	
Inflação	(10)%	(17)	

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de dezembro/2018 (6,50% a.a.). A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (6,39% a.a.).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em dezembro/2018, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 79 mil a 97 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

21. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

CPC 48 (IFRS 9 Financial Instruments - instrumentos financeiros)

O CPC 48 (IFRS 9), publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 (IFRS 9) inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. O CPC 48 (IFRS 9) é efetivo para semestres iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

A IFRS 17 - Contratos de Seguros

Em 18 de maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17, Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referendada pela SUSEP. A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros.

DIRETORIA				CONTADORA	ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO
Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcellos	Carlos dos Santos	Celso Luiz Dobarrío de Paiva	Milca Pereira Zambrini	Aparecida Zavam Peres Pires CRC nº 1SP153039/O-3	Ismael Garcia MIBA nº 1010

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Alfa Seguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Alfa Seguradora S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo/SP, 27 de fevereiro de 2019



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Anexo I

Alfa Seguradora S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas

Total de provisões técnicas

Total de provisões técnicas auditadas*

Total de ativo de resseguro

Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas*

Provisões Técnicas auditadas(a)

Valores redutores auditados (b)

Total a ser coberto (a-b)

(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

Capital Base (a)

Capital de Risco (b)

Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)

4. Demonstrativo da Solvência

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)

Exigência de Capital (CMR) (b)

Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)

Ativos Garantidores (d)

Total a ser Coberto (e)

Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)

Ativos Líquidos (g)

Capital de Risco (CR) (h)

Índice de Liquidez em relação ao CR % (*)

5. Demonstrativo dos limites de retenção

0173, 0433, 0437, 0622, 0654, 0655, 0656, 0739, 0745, 0746, 0870, 1107, 1163, 1164

1066, 1537

1602

0621

0435

0234

1528

0115

0531, 0542, 1068, 1130, 1162

0523

0628

0111, 0141, 0167, 0520

0196, 0351

0114, 0116, 0118, 0171

0553

continua - ☆

☆ continuação

**ALFA SEGURADORA S.A.**C.N.P.J. 02.713.529/0001-88
ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019

**KPMG Auditores Independentes**
CRC 2SP014428/O-6**Marco Antonio Pontieri**
Contador - CRC 1SP153569/O-0